



Rua Teixeira de Freitas, 31 - 5o andar, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20021-902
Telefones: (21) 3037-6493 - www.ancine.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.024637/2017-29

CONTRATAÇÃO DE CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS LINK DE ACESSO INTERNET – ESCRITÓRIO BRASÍLIA/DF

GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência e suas Especificações Técnicas (ANEXO I-A) têm por objetivo a contratação de empresa prestadora de serviços de telecomunicação de dados na forma de instalação, manutenção e operação referente ao acesso exclusivo a rede mundial Internet, incluindo o fornecimento de circuito de comunicação de dados para o escritório da Agência Nacional do Cinema situado na cidade de Brasília, em conformidade com as especificações e detalhamentos consignados neste Termo de Referência.

1.2. Este circuito de comunicação de dados engloba o seguinte serviço:

1.2.1. Fornecedor de conexão IP dedicada e exclusiva de acesso à Internet para o escritório regional em Brasília/DF;

1.3. ITENS PARA COTAÇÃO:

Item	Objeto	Qtde.
1	Prestação de serviço de conexão IP dedicado e exclusivo para acesso à Internet pelo escritório regional em Brasília/DF, com velocidade mínima de 100 Mbps, tanto para Download quanto para Upload + Instalação	01

1.3.1. Os preços referentes ao serviço deverão ser discriminados da seguinte forma:

1.3.1.1. A instalação e as configurações pertinentes, serão pagas uma única vez na habilitação, conforme entrega baseada no **item 4 e seus subitens deste Termo de Referência**.

1.3.1.2. **O licitante deverá enviar planilha discriminada contendo o preço do serviço propriamente dito e da Instalação**, de modo que a ANCINE possa subtrair tal valor posteriormente na gestão contratual.

1.3.1.3. Custo mensal do serviço que incluirá os custos de acesso à rede da licitante e/ou Internet, meio físico, manutenção, suporte técnico, mudanças de configuração (hardware e software) que estejam contempladas neste termo de referência e equipamentos necessários.

1.3.1.4. Este valor será pago mensalmente independentemente do nível de utilização e sobre o qual incidirá as penalidades, caso existam. Todos os impostos cabíveis deverão estar incluídos no preço.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

2.1. Para manter a qualidade dos serviços oferecidos no ambiente corporativo e acompanhar a evolução do ambiente computacional da ANCINE, bem como, a consolidação do escritório regional localizado na cidade de Brasília, faz-se necessário prover um ambiente de comunicação de dados seguro, robusto e, principalmente, redundante, pois, caso haja falha no circuito de dados provido pela Rede Nacional de Pesquisas – RNP a esta Agência, haverá uma rota alternativa a já existente, tornando o acesso à INTERNET e às conexões entre os escritórios que compõem a Agência sempre disponíveis.

2.2. Cabe ressaltar que este provedor a ser contratado entregará serviço que será utilizado em paralelo com os serviços já disponibilizados pela RNP, com isto, os recursos computacionais gerados e entregues pela ANCINE terão um incremento em sua capacidade, disponibilidade e qualidade, e tornando todo o processo mais tolerante a falhas.

2.3. RESULTADOS ESPERADOS:

- 2.3.1. **Alta disponibilidade:** redução do tempo de indisponibilidade dos serviços on-line da ANCINE, reduzindo a dependência de um fornecedor único;
- 2.3.2. **Capacidade:** visando garantir desempenho adequado para atender todo o leque de aplicativos da Agência Nacional do Cinema (SAD, SEI e seus subsistemas) bem como prover a melhor qualidade e experiência de acesso pelo público externo aos respectivos sistemas disponibilizados por esta Agência;
- 2.3.3. **Baixa latência:** visando garantir a qualidade e eficiência do serviço contratado;
- 2.3.4. **Monitoramento proativo:** visando compartilhar a responsabilidade de manter os serviços ativos para minimizar os tempos de parada dos serviços que são essenciais ao bom funcionamento da ANCINE;
- 2.3.5. **Tolerância a falhas:** os serviços que são providos por esta solução são críticos e reduzir o tempo e quantidade de interrupções é essencial.
- 2.4. Esse projeto está alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional desta Agência aprovado pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) 2017-2020, acessado através do link: <https://www.ancine.gov.br/pt-br/ancine/relatorios/outros-relatorios/pdtic-plano-diretor-de-tecnologia-de-informa-o-e-comunica-o-2017>

Mais especificamente ao Plano de Ações de IDs: A1-6 e B1-3, referente à descrição de ação “Expandir e Otimizar Serviços de TI por meio de Aquisição e Implementação de Infraestrutura Física e Lógica de TI”.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Ressalta-se que os serviços em questão se enquadram na categoria de serviço comum, uma vez que possui padrão de desempenho e de qualidade que estão objetivamente especificados neste Termo de Referência e ANEXO I-A (Especificações Técnicas), e no Edital, nos termos do Art. 4º do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.
- 3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 O serviço, seus equipamentos e acessórios necessários, encontram-se detalhados no ANEXO I-A deste Termo de Referência e deverão ser entregues, instalados e configurados no seguinte endereço:

OBJETO	LOCAL
Prestação de serviço de conexão IP dedicado e exclusivo para acesso à Internet pelo escritório regional em Brasília/DF, com velocidade mínima de 100 Mbps + INSTALAÇÃO	Escritório Regional - Brasília SRTV Sul Conjunto E, Edifício Palácio do Rádio, Bloco I, Cobertura, CEP 70340-901 – Brasília/DF

- 4.1.1. O prazo de entrega, instalação e configuração referente ao objeto contratado especificado conforme Item 1.3, é de no máximo, **120 (cento e vinte) dias corridos** contados a partir da assinatura do contrato.
- 4.2. Para efeito de entrega, instalação e configuração do objeto da contratação, explicitado no Item 1.3, considerar-se-á a fase, conforme abaixo:

FASE 1	Prestação de serviço de conexão IP dedicado e exclusivo para acesso à Internet pelo Escritório Regional em Brasília/DF, com velocidade mínima de 100 Mbps Instalação do item acima
---------------	---

- 4.3. Os bens fornecidos para o correto funcionamento do objeto contratado deverão ser novos, de primeiro uso, em suas embalagens originais devidamente lacradas e identificadas, conforme especificação técnica exigida. Caso haja licença(s) envolvida(s), a(s) mesma(s) deverá(ão) ser também entregue(s).
- 4.4. Fica estabelecido o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após recebimento do objeto, conforme a fase do **item 4.2.** entregue, para se efetuar os testes e verificações mencionadas neste Termo de Referência e ANEXO I-A (Especificações Técnicas).
- 4.5. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade pela qualidade, ficando a licitante vencedora contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento exercido pela ANCINE.
- 4.6. Caso se veja impossibilitada de cumprir o prazo estipulado para a entrega da fase 1, conforme **itens 4.1.1. e 4.2.**, do certame ou ainda de sua totalidade, a LICITANTE VENCEDORA deverá apresentar

justificativas escritas e devidamente comprovadas, apoiando o pedido de prorrogação em ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato.

4.7. A Contratada deverá apresentar, em até **60 (sessenta) dias corridos** após a assinatura do contrato com o ANCINE, um **“Plano de Implantação dos Serviços”**, contemplando a fase 1 do **item 4.2**.

4.8. A Contratada deverá indicar os técnicos responsáveis pela implantação do serviço referido, incluindo informações necessárias para realizar os contatos com a equipe de TI da ANCINE.

4.9. O “Plano de Implantação do Serviço” deve ser submetido à aprovação da equipe técnica da ANCINE, que terá até 5 (cinco) dias úteis para sua análise e validação ou para solicitar eventuais ajustes.

4.10. Não será considerada justificativa de prorrogação do prazo de entrega e de instalação do serviço, o fato de haver negociação prolongada entre a Contratada e a ANCINE para finalizar o plano de migração, desde que sejam cumpridos os prazos estabelecidos para a análise da ANCINE.

4.11. A fase de implantação do serviço será considerada concluída pela ANCINE somente quando, sempre dentro dos níveis de serviço estabelecidos em contrato, simultaneamente:

4.11.1. A Central de Atendimento da Contratada puder ser contatada pela gerência de rede da ANCINE através de ligação telefônica gratuita (0800).

4.11.2. A totalidade da capacidade de tráfego simétrico contratado estiver disponível. Esta totalidade da capacidade de tráfego deverá ser tanto para download quanto para upload, conforme velocidade contratada informada neste Termo de Referência, Item 1.3.

4.11.3. A contratada é responsável por gerar relatório de teste de throughput e latência com ferramentas de análise de tráfego profissional (como exemplo – ferramenta *Ethernet Analyzer ETS 1000* ou similar) contemplando a velocidade contratada desde a camada 1 (nível físico) até a camada 4 do modelo TCP/IP (aplicação - experiência do usuário).

4.11.4. Para complementar o referido teste, poderá ser utilizado site de análise de tráfego como o SIMET (<https://simet.nic.br/>) ou outro similar homologado pela ANCINE.

5. INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

5.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de proposta, a LICITANTE poderá realizar vistoria nos locais de entrega da solução, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10h às 12h e das 14h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 3037-6424 e/ou (21) 3037-6382.

5.1.2. O prazo para vistoria compreende primeiro dia útil seguinte à publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura do Pregão Eletrônico.

5.2. Todos os equipamentos fornecidos pela Contratada deverá possuir garantia conforme prazo contratual firmado entre as partes.

5.3. O Contrato advindo deste Termo de Referência poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e 79 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

5.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

5.5. Fica facultado à ANCINE rescindir o instrumento contratual, antecipadamente e a seu juízo, no interesse da Administração, devendo a CONTRATADA ser comunicada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência.

5.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

5.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.7.3. Indenizações e multas.

5.8. O prazo de vigência deste Contrato é de 36 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

5.8.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

5.8.2. A Contratante mantenha interesse na realização do serviço;

5.8.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Contratante;

5.8.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação;

5.8.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.9. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO:

- 6.1. O serviço deverá ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos;
- 6.2. Fornecer circuito com disponibilidade de 24x7 e garantia de 100% (cem por cento) da banda contratada. A empresa manterá, durante o período citado, um serviço de atendimento com ligação gratuita (0800), para registro, acompanhamento, resolução de problemas, em caso de falhas e interrupções, e esclarecimentos de dúvidas;
- 6.3. Prestar o serviço de telecomunicação com gerenciamento pró-ativo por parte da CONTRATADA, de forma contínua e independentemente de dia e horário. A presença de gerenciamento pró-ativo significa que a CONTRATADA deverá ser capaz de detectar falhas ocorridas entre os pontos da Rede, de forma autônoma e independentemente de notificação ou assistência por parte dos técnicos da ANCINE, dando início aos procedimentos de correção de falhas;
- 6.4. A contratada deverá prestar serviço de manutenção e suporte técnico ao longo da vigência do serviço, destinado a:
 - 6.4.1. Restabelecimento de serviço interrompido ou degradado;
 - 6.4.2. Solução de problemas de configuração e falhas técnicas no serviço;
 - 6.4.3. Esclarecimentos de dúvidas sobre configurações e utilização do serviço;
 - 6.4.4. Implementação de novas funcionalidades.
- 6.5. A taxa de disponibilidade mensal do acesso para o serviço ofertado, **deverá ser de no mínimo 99,4%** (noventa e nove vírgula quatro por cento), de modo que o somatório mensal das indisponibilidades do serviço não poderá superar o total de **4 horas, 19 minutos e 12 segundos por mês**;
- 6.6. Para efeito de apuração do serviço prestado, será utilizado o INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), constante no item 3.1 do **ANEXO I-A**.

7. OBRIGAÇÕES DA ANCINE:

- 7.1. São obrigações da ANCINE:
 - 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
 - 7.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do serviço, **por servidor especialmente designado**, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
 - 7.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do serviço, fixando prazo para a sua correção;
 - 7.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e suas Especificações Técnicas (ANEXO I-A);
 - 7.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1. Apresentar o custo mensal do serviço que incluirá os custos de acesso à rede da licitante e/ou Internet, meio físico, manutenção, suporte técnico, mudanças de configuração (hardware e software) que estejam contempladas neste Termo de Referência e seu ANEXO I-A e equipamentos necessários;
- 8.2. Fornecer todos os softwares, hardwares e serviço necessário para a implementação, operacionalização, gerenciamento e o perfeito funcionamento dos produtos do objeto contratado, conforme especificações deste Termo de Referência e seu ANEXO I-A, e de sua proposta;
- 8.3. Fornecer equipamento de rede (switch, roteador, etc), caso necessário, completamente operacional, com todos os acessórios e programas necessários à sua instalação, operação e monitoração proativa;
- 8.4. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 8.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

- 8.8. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 8.9. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 8.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 8.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 8.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 8.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 8.18. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- 8.19. Ao final do Contrato, a Contratada deverá retirar todos os equipamentos físicos por ela instalados nas dependências da ANCINE.

9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- 9.1. As especificações técnicas e os quantitativos encontram-se detalhados no ANEXO I-A deste Termo de Referência.

10. CONDIÇÕES PARA ACEITE DO OBJETO:

- 10.1. O produto objeto deste Termo de Referência será aceito pela Gerência de Tecnologia da Informação (GTI) após verificação de conformidade das características do serviço disponibilizado em relação às especificações técnicas constantes no presente Termo de Referência e seu ANEXO I-A e na proposta da licitante vencedora contratada;
- 10.2. Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após recebimento e instalação/configuração do objeto, para se efetuar os testes e verificações mencionadas no item anterior;
- 10.3. O ACEITE DEFINITIVO DO OBJETO será feito pela fase 1 entregue, conforme **item 4.2** deste Termo de Referência. Somente será emitido o ACEITE DEFINITIVO DO OBJETO, após verificação, por parte da Gerência de Tecnologia da Informação da ANCINE (SGI/GTI), de atendimento de todos os itens ofertados na especificação do presente Termo de Referência e seu ANEXO I-A. Assim sendo, somente será emitido o ACEITE DO OBJETO da fase 1 do **item 4.2** após a conclusão do TESTE e ACEITAÇÃO PLENA do serviço.
- 10.4. A partir do ACEITE DEFINITIVO DO OBJETO a contratada poderá faturar seu serviço, devendo observar a proporção da cobrança no primeiro mês, caso o aceite se dê após o primeiro dia do mês.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
 - 11.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 11.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e
 - 11.1.5. cometer fraude fiscal.
- 11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 11.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - 11.2.2. Multa de:

11.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

11.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

11.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

11.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

11.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

11.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

11.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

11.3. As sanções previstas neste item e seus subitens poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após	03

	reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

11.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

12.1. O FABRICANTE do produto ofertado deverá:

12.2. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

12.2.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

12.2.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

12.2.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

12.2.4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

12.2.5. Recomenda-se a consulta do “Guia Prático de Licitações Sustentáveis” da CGU/AGU, disponível no link Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

13. DO FUNDAMENTO LEGAL E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

13.1. A presente aquisição se dará mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com esteio legal nos termos da Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005 e, ainda, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993.

13.2. As propostas serão julgadas e adjudicadas pelo menor preço global.

14. DA DESTINAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS APÓS O TÉRMINO DO CONTRATO:

14.1. Com o Término do contrato, a CONTRATADA deverá recolher todos os equipamentos que foram instalados nas dependências da ANCINE e que fizeram parte da solução do serviço contratado, conforme item 1.3 deste Termo de Referência.

15. DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.1.1. Somente a instalação será paga em uma única vez junto com o 1º (primeiro) pagamento do serviço prestado, conforme item 1.3.1 e seus subitens deste Termo de Referência, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Este 1º (primeiro) pagamento deverá ser proporcional, caso o ACEITE seja feito após o dia inicial do mês, e deverá obedecer ao item 16.3.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

16.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- 15.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 15.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 15.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 15.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 15.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 15.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 15.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 15.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 15.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 15.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 15.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	---------------------------	---

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. As despesas com a execução desta contratação correrão à conta dos recursos consignados do Orçamento da ANCINE conforme exercício abaixo:

Exercício-Financeiro	Valor
----------------------	-------

2018	R\$ 3.970,00
PLOA 2019	R\$ 43.646,00
PLOA 2020	R\$ 43.646,00
PLOA 2021	R\$ 40.008,83

17. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

17.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

17.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (Especificações Técnicas) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

17.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.13. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.15. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.16. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na

legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Contratante à continuidade do contrato.

19. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:

19.1. Esta contratação submete-se às regras relativas ao direito de preferência estabelecidas no Decreto nº 7.174/2010.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO:

20.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto tão somente no que tange a instalação do serviço, conforme item 1.3 deste Termo de Referência (INSTALAÇÃO).

20.2. Na hipótese de subcontratação, permanecerá a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

21. DO CONSÓRCIO:

21.1. Fica vedado a participação de empresas reunidas na forma de consórcio. A contratação em questão não envolve serviço de grande vulto e/ou alta complexidade técnica que justifique a possibilidade desta modalidade.

22. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

Apresentar atestados de Capacidade Técnica, concedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha prestado serviço(s) compatível(is) com o objeto ora licitado, entendendo-se como serviço(s) compatível(is) aquele(s) referente(s) à prestação de serviço(s) de conexão IP dedicado e exclusivo para acesso à Internet.

ANEXO I-A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Este documento descreve a especificação técnica para a contratação de empresa prestadora de serviços de telecomunicação de dados na forma de instalação, manutenção e operação referente ao acesso exclusivo a rede mundial Internet, incluindo o fornecimento de circuito de comunicação de dados para o escritório da Agência Nacional do Cinema situado na cidade de Brasília/DF.

2. ITENS PARA COTAÇÃO:

2.1. Conforme Item 1.3 deste Termo de Referência.

3. REQUISITOS GERAIS A SEREM ATENDIDOS

3.1. Deverá ser fornecido acesso somente de leitura às estatísticas de SNMP (comunidade de leitura ou usuário/senha), além de configurar o roteador para gerar logs (Syslog – RFC 3164) ou Traps SNMP para um ou mais endereços IPs a serem definidos pela ANCINE;

3.2. Sempre que necessário à prestação dos serviços, a CONTRATADA instalará equipamentos de sua propriedade nos locais designados pela ANCINE que deverá ser de porte e disposição compatíveis com a instalação física de bastidores de 19 (dezenove) polegadas, alimentação elétrica de corrente alternada entre 110 (cento e dez) volts e 220 (duzentos e vinte) volts - bivolt, e refrigeração ambiental usual para equipamentos de processamento de dados;

3.3. As interfaces oferecidas junto com o equipamento devem atender aos padrões internacionais de codificação e transparência de dados;

3.4. Fornecer circuito com disponibilidade de 24x7 e garantia de 100% (cem por cento) da banda contratada. A empresa manterá, durante o período citado, um serviço de atendimento com ligação gratuita (0800), para registro, acompanhamento, resolução de problemas, em caso de falhas e interrupções, e esclarecimentos de dúvidas;

3.5. Prestar o serviço de telecomunicação com gerenciamento pró-ativo por parte da CONTRATADA, de forma contínua e independentemente de dia e horário. A presença de gerenciamento pró-ativo significa que a CONTRATADA deverá ser capaz de detectar falhas ocorridas entre os pontos da Rede, de forma autônoma e independentemente de notificação ou assistência por parte dos técnicos da ANCINE, dando início aos procedimentos de correção de falhas;

3.6. A CONTRATADA deverá fornecer todos os softwares, hardwares e serviços necessários para implementação, operacionalização e gerenciamento do objeto da contratação, bem como, primar pelo perfeito funcionamento do mesmo.

3.7. A contratada deverá prestar serviço de manutenção e suporte técnico ao longo da vigência do serviço, destinado a:

3.7.1. Restabelecimento de serviço interrompido ou degradado;

3.7.2. Solução de problemas de configuração e falhas técnicas no serviço;

3.7.3. Esclarecimentos de dúvidas sobre configurações e utilização do serviço;

3.7.4. Implementação de novas funcionalidades.

3.8. A Contratada não poderá limitar a quantidade de dados trafegados por mês de uso, nem aplicar nenhum tipo de penalidade que reduza a prioridade dos pacotes trafegados, no serviço contratado constante na tabela do item 2 do ANEXO I-A.

3.9. Gerência de Rede Pró-ativa e Central de Atendimento

3.9.1. Caberá a Contratada gerenciar de forma pró-ativa a Rede Internet ANCINE-Brasília/DF, desde os seus respectivos backbones até a porta LAN do roteador instalado, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, garantindo os níveis de serviço contratados fim-a-fim, percentual de pacotes com erros, percentual de descarte de pacotes, disponibilidade e desempenho da rede contratada, conforme especificado neste Termo de referência;

3.9.2. Caso a solução a ser aplicada causar a interrupção do tráfego de entrada e saída para o backbone INTERNET ou diminuição do desempenho, a CONTRATANTE deve ser comunicada, para agendamento da intervenção;

3.9.3. A área técnica da CONTRATANTE deve ser notificada de todas as anomalias identificadas. A notificação deve especificar a causa, a solução e a duração da interrupção;

3.9.4. A Central de Atendimento da Contratada deverá estar disponível para contato através de ligações telefônicas gratuitas (0800), a serem realizadas pelos técnicos da ANCINE, sendo imprescindível que os funcionários de atendimento da Contratada conheçam os serviços contratados e estejam aptos a dar as informações básicas sobre o serviço;

3.9.5. A CONTRATADA deverá acolher e registrar qualquer reclamação ou solicitação em, no máximo, 30 (trinta) minutos após a ANCINE ter iniciado o procedimento de chamada. Após o registro da reclamação ou solicitação, a CONTRATADA deverá contatar a ANCINE obedecendo o prazo máximo informado no item 3.9.9 para um primeiro diagnóstico da reclamação ou solicitação do serviço, inclusive, fornecendo instruções para a sua sequência de acompanhamento;

3.9.6. As paralisações programadas deverão ser tratadas com a Gerência de Tecnologia da Informação da ANCINE para agendamento prévio de data, hora e duração da paralisação. Este período não deve ultrapassar 4 (quatro) horas de duração;

3.9.7. No caso de ações de detecção e correção de falhas, a responsabilidade da ANCINE e seus técnicos designados fica limitada a franquear acesso físico aos locais de instalação dos equipamentos da CONTRATADA e a facilitar o transporte e substituição de peças ou outros elementos de infraestrutura;

3.9.8. Pela natureza da atividade da ANCINE, o serviço, objeto da presente licitação, deverá propiciar segurança física dos dados. Para efeito desta licitação, entende-se como segurança física a proteção contra o acesso não autorizado aos links, dados e dispositivos da licitante;

3.9.9. Os chamados realizados pela ANCINE à Central de Atendimento deverão obedecer ao INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) conforme os prazos especificados nas colunas “Retorno de Status de Atendimento” e “Prazo Limite para Resolução”:

Situações cobertas	Retorno de Status de Atendimento (em Horas)	Prazo Limite para Resolução (em Horas)
Interrupção da comunicação.	1	6
Link apresentando erros acima do razoável, latência excessiva ou	2	8

largura de banda inferior à contratada ou Perda de monitoração.		
Solicitações diversas (configurações não críticas, esclarecimento de dúvidas, implementação de novas funcionalidade).	12	48

3.9.10. O termo “Retorno de Status de Atendimento” se refere à ligação telefônica a ser efetuada pela Central de Atendimento da Contratada para a gerência de redes da ANCINE, nos eventos indicados no quadro acima;

3.9.11. A coluna “Prazo Limite para Resolução”, refere-se ao tempo decorrido entre a detecção de uma interrupção, falha ou alteração no serviço de rede contratado, conforme a coluna “situações cobertas”, e a sua efetiva resolução;

3.9.12. Na ocorrência de qualquer falha no backbone, na rede de acesso ou nos Equipamentos de Comunicação de Dados, caberá à gerência de rede da Contratada iniciar, de forma pró-ativa, o processo de recuperação de falhas, fazendo o registro histórico de todos os eventos até a completa resolução do problema;

3.9.13. Os tempos de recuperação definidos no item 3.9.9 serão computados a partir do recebimento da solicitação de reparo pela central de atendimento da CONTRATADA, até a comunicação do término desse reparo à CONTRATANTE;

3.9.14. Quando não for possível a abertura de chamado na Central de Atendimento da CONTRATADA, a indisponibilidade será considerada a partir da efetiva interrupção registrada pelos sistemas da ANCINE.

3.1. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

3.10.1. A violação de qualquer um dos níveis de serviço, definidos ao longo deste contrato, só poderá ser desconsiderada pela ANCINE quando for decorrente de uma das seguintes ocorrências, descritas a seguir:

3.10.1.1. Falha em algum equipamento de propriedade da ANCINE;

3.10.1.2 Falha decorrente de procedimentos operacionais da ANCINE;

3.10.1.3. Falha de qualquer equipamento da Contratada que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pela ANCINE;

3.10.1.4. Eventual interrupção programada, quando necessária ao aprimoramento e à implantação de adequações do serviço, desde que previamente informada, negociada e autorizada pela ANCINE.

3.10.2. O Índice de Disponibilidade Mensal será calculado através da seguinte fórmula:

$$IDM = ((Tm - Ti) / Tm) * 100$$

Onde:

IDM é o Índice de Disponibilidade Mensal do serviço, mencionado no tópico.

Ti é o somatório dos Períodos de Indisponibilidade, em minutos, no mês de faturamento.

Tm é o Tempo Total Mensal de operação, em minutos, no mês de faturamento.

3.10.2.1. Para efeito de cálculo de tempo interrompido, deverá ser considerado que o problema será o mesmo se houver ocorrências intermitentes em qualquer período de 06 (seis) horas.

3.10.2.2. Não serão computadas no cálculo do IDM, 4 (quatro) interrupções anuais do serviço, agendadas, em comum acordo, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, desde que sejam realizadas aos sábados ou domingos (entre 00h01min e 24h00minh), ou outro período concedido pela ANCINE, preferencialmente, de no máximo 4 (quatro) horas de duração.

3.10.3. Caso seja detectada a indisponibilidade do link, esta será caracterizada pela limitação de uso do objeto contratado e consequente propagação dos efeitos da falha;

3.10.4. Será considerada indisponibilidade quando ocorrer qualquer tipo de problema no ponto de acesso – enlaces e Equipamentos de Comunicação de Dados, ou no circuito de dados entre os escritórios - que impeça a transmissão ou a recepção de pacotes através dele;

3.10.5. Os intervalos de tempo em que qualquer enlace integrante do ponto de acesso, apresentar aferições do percentual de pacotes com erros superiores ao valor especificado no tópico 3.11.1, serão considerados como períodos de indisponibilidade;

3.10.6. Sempre que pelo menos duas aferições referentes aos tópicos acima estiverem acima do limite máximo permitido, e durante os mesmos intervalos de tempo de um mesmo dia, será computado o período de indisponibilidade associado a ela;

3.10.7. Para o cálculo do índice de disponibilidade, o “Tempo Total Mensal” será calculado a partir do total de dias da prestação do serviço vezes 1440 (um mil quatrocentos e quarenta) minutos;

3.10.8. Mensalmente, juntamente com as notas fiscais de faturamento, a Contratada deverá apresentar relatório referente aos períodos de indisponibilidade na porta de comunicação. O relatório é essencial para a liberação do pagamento da fatura, ficando, por conseguinte, adiado todo o pagamento até a apresentação do relatório e o aceite do ANCINE;

3.10.9. O relatório mensal mencionado neste Termo de Referência deverá contemplar o serviço abaixo:

3.10.9.1. Serviço de conexão IP dedicado e exclusivo para acesso à Internet pelo escritório regional em Brasília/DF, com velocidade mínima de 100 Mbps;

3.10.10. Neste relatório, deverá ser detalhado o dia, o período e as causas de cada uma das indisponibilidades ocorridas, o somatório total em minutos de todas as ocorrências e o cálculo do percentual de disponibilidade correspondente ao período de faturamento;

3.10.10.1. O relatório, enviado mensalmente, também deverá contemplar as Estatísticas de desempenho da Rede. Deverá ser gerada através do uso de SNMP, ICMP ou de algum outro protocolo de controle de rede, e fornecerá as seguintes informações:

3.10.10.1.1. Topologia do serviço disponibilizado;

3.10.10.1.2. Consumo de CPU e consumo de memória do CPE, quando disponível;

3.10.10.1.3. Utilização de banda para cada interface do CPE (quando disponível), informando o volume tráfego (em bits e pacotes);

3.10.10.1.4. Percentual de descarte de pacotes para a interface do CPE (quando disponível);

3.10.10.1.5. Percentual de pacotes com erros para as interfaces do CPE (quando disponível).

3.10.10.2. Este relatório mensal, deverá ser mantido atualizado com uma frequência não superior a 5 (cinco) minutos.

3.10.10.3. Durante toda a vigência do contrato, a Contratada deverá manter registro dos eventos que porventura tenham provocado interrupções na porta de comunicação, a fim de justificar a não consideração de períodos de indisponibilidade perante o ANCINE, sempre de acordo com o previsto no **item 3.9** e seus subitens.

3.10.10.4. Mensalmente, caso o Índice de Disponibilidade Mensal seja inferior ao especificado no tópico 6.1.2., a Contratada deverá calcular o total de desconto a ser aplicado no valor da fatura, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Vd = Cm * ((100 - IDM) / 100)$$

Onde:

Vd é o valor do desconto.

Cm é o custo mensal do serviço prestado.

IDM é o Índice de Disponibilidade Mensal do serviço, mencionado no tópico

3.11. DESEMPENHO TÉCNICO

3.11.1. O circuito do serviço contratado deverá manter os índices de qualidade e disponibilidade abaixo descritos:

PARÂMETRO	DEFINIÇÃO	ÍNDICE MÁXIMO
Latência (ms)	É o tempo médio de trânsito (ida e volta – roundtrip) de um pacote de 64 bytes entre dois pontos do Backbone. É usada a média do Backbone considerando o Centro de Gerenciamento da Rede e cada um dos Centros de Roteamento.	<= 80
Perda de Pacotes (%)	É a taxa de falha na transmissão de pacotes IP entre dois pontos do Backbone. É usada a média do Backbone considerando o Centro de Gerenciamento da Rede e cada um dos Centros de Roteamento. OBS: Esse parâmetro também será avaliado no ato da instalação do circuito, quando deverá exibir a qualidade solicitada ao final de um teste de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.	2
Disponibilidade (%)	É o percentual de tempo no qual a rede está operacional em um período de tempo. É considerado o ROTEADOR DE ACESSO (do Backbone) no qual está instalada a Porta de Conectividade IP do Cliente. Poderá ser	99,4

considerado, também, o link da Contratada até o ROTEADOR de BORDA da Contratante, no caso do serviço de roteamento do protocolo BGP.
--

3.11.2. A métrica percentual de perda de pacotes se refere à relação existente entre a quantidade de pacotes transmitidos/recebidos para cada pacote transmitido/recebido descartado em um determinado enlace;

3.11.3. Diariamente, entre 00h00min e 23h59min, a Contratada deverá realizar aferições do percentual de descarte de pacotes para cada enlace integrante do ponto de acesso, através da monitoração das interfaces do roteador de acesso e do backbone participante do enlace. As aferições serão feitas em cada interface, por direção (entrada e saída do tráfego), apresentando essas informações em valores referentes a cada intervalo de 5 (cinco) minutos, sendo o limite aceitável, pela Contratada, para descarte de pacotes de até 2% (dois percentuais) do total de pacotes trafegados em cada interface e direção. Serão desconsiderados os valores que ultrapassem este limite quando a Contratada comprovar a utilização (tráfego) superior a 80% da velocidade do respectivo enlace no mesmo intervalo;

3.11.4. Sempre que o **percentual de perda de pacotes** for superior ao limite máximo permitido, será computado o período de indisponibilidade de 5 (cinco) minutos na fórmula apresentada no tópico 3.10.2.

3.11.5. O tópico relativo às estatísticas de desempenho, conforme item 6.2.1, visa garantir a avaliação do comportamento do serviço prestado, identificando a necessidade de alteração de largura de banda, os períodos característicos de utilização, etc.

3.11.6. O retardo máximo desejável de ida e volta (round trip delay) para transmissão de dados interno ao Backbone da contratada, desde o CPE instalado no Escritório da ANCINE, localizado conforme Objeto 1 do item 2 do ANEXO I-A, até o(s) roteador(es) de interconexão com o(s) AS internacionais, deverá ser de até 100 ms (cem milissegundos).

3.11.7. A taxa de erro de bits (bit error rate) na última milha, deve ser melhor do que 10⁻⁸ (dez elevado a menos oito), medida por instrumentos adequados e seguindo práticas consagradas.

3.11.8. O período de indisponibilidade será contabilizado a partir do início da falha geradora, independentemente de comunicação da ANCINE à CONTRATADA, até o momento em que o circuito for consensualmente dado como restaurado.

3.12. INTERRUPÇÃO DO SERVIÇOS – DESCONTO NA PRÓXIMA FATURA

3.12.1. A taxa de disponibilidade mensal do acesso para o serviço ofertado, **deverá ser de no mínimo 99,4%** (noventa e nove vírgula quatro por cento), de modo que o somatório mensal das indisponibilidades do serviço não poderá superar o total de **4 horas, 19 minutos e 12 segundos por mês**;

3.12.2. Para efeito de descontos, o tempo de interrupção deverá ser considerado entre o início da interrupção registrada pela gestão pró ativa da CONTRATADA ou equipe técnica da ANCINE (quando não for possível registrado chamado) e a sua total recuperação, após informação à ANCINE;

3.12.3. O valor do desconto será aplicado no mês imediatamente subsequente ao mês no qual ocorreram os fatos que originaram os descontos, tendo como base o valor vigente do acesso do mês da ocorrência da interrupção;

3.12.4. Não serão concedidos descontos por interrupção, na ocorrência dos eventos ocasionados por operação inadequada por parte da ANCINE, ocasionadas por falha em sua infraestrutura e por falhas na rede elétrica interna ou externa.

3.13. IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO

3.13.1. Indicação dos técnicos responsáveis pela implantação do serviço, conforme item 2 do ANEXO I-A, incluindo informações necessárias para realizar os contatos;

3.13.2. Geração e entrega de documentação referente a todo o processo de implantação/configuração do serviço contratado. Esta documentação deverá ser entregue após todas as configurações finais e deverá ser gerada em formato documento texto (exemplos: .doc, .docx ou .odt) e em PDF. O aceite definitivo está condicionado à aprovação deste documento pela equipe de TI da ANCINE.

3.13.3. O “Plano de Implantação do Serviço” deve ser submetido à aprovação da equipe técnica da ANCINE, que terá até 5 (cinco) dias úteis para sua análise e validação ou para solicitar eventuais ajustes.

3.13.4. Caso haja necessidade de algum ajuste, o novo plano, contemplando as alterações necessárias, será novamente submetido à aprovação da equipe técnica da ANCINE, que terá até 3 (três) dias úteis para análise e validação das alterações.

3.13.5. Não será considerada justificativa de prorrogação do prazo de entrega e de instalação do serviço, o fato de haver negociação prolongada entre a Contratada e a ANCINE para finalizar o plano de migração, desde que sejam cumpridos os prazos estabelecidos para a análise da ANCINE.

4. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

4.1. ITEM 1 - Prestação de serviço de conexão IP dedicado e exclusivo para acesso à Internet pelo Escritório Regional em Brasília/DF com velocidade mínima de 100 Mbps

4.1.1. Requisitos do Backbone

4.1.1.1. O backbone oferecido deverá, através de canais próprios e dedicados, interligar-se diretamente a pelo menos 2 (dois) outros sistemas autônomos (AS-Autonomous Systems) nacionais e a pelo menos 1 (um) sistema autônomo internacional. O somatório das bandas de saída entre os AS (Nacional e Internacional) deverá ser de, no mínimo, 1,5 Gbps.

4.1.1.2. Possuir, pelo menos, 2 (dois) pontos de conexão a outros provedores que sejam Autonomous System (AS), com velocidade de, no mínimo, 622 Mbps.

4.1.1.3. Não possuir limites nem restrição à quantidade de dados trafegados, tais como “traffic shaping”.

4.1.1.4. Não compartilhar Infraestrutura de rede com a Rede Nacional de Pesquisa – RNP, visto que a ANCINE já possui links de comunicação com a mesma.

4.1.2. Requisitos do Ponto de Acesso entre o Escritório Regional da ANCINE – Brasília/DF e a Internet:

4.1.2.1. A conexão entre a porta de comunicação WAN do Equipamento de Comunicação de Dados, instalado pela Contratada na ANCINE e o Backbone da Contratada, deverá ser exclusiva e dedicada para conexão IP de acesso à Internet pelo Escritório Regional da ANCINE.

<i>Localidade</i>	<i>Endereço</i>	<i>Porta</i>
Escritório Regional DF	SRTV Sul Conjunto E, Edifício Palácio do Rádio, Bloco I, Cobertura, CEP 70340-901 – Brasília/DF	1 x 100 Mbps

4.1.2.2. Os enlaces de dados entre a rede da ANCINE do escritório regional contemplado neste ITEM e o POP da contratada, deverá ser implementado por meio exclusivo e totalmente terrestre, por meio de fibras óticas, não se admitindo em nenhuma hipótese, nem mesmo como contingência, o uso de enlace por satélite ou enlace por rádio ponto a ponto, em qualquer trecho.

4.1.2.3. Obedecer às recomendações elaboradas pela Eletronic Industries Alliance/Telecommunications Industry Association (EIA/TIA) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para provimento de serviços de acesso à internet (Internet Service Providers).

4.1.3. Requisitos do Roteador a ser instalado

4.1.3.1. O roteador necessário deverá ser fornecido pela Contratada com todos os acessórios e programas necessários à sua instalação, operação e monitoração proativa.

4.1.3.2. O roteador deverá possuir 1 (uma) interface Gigabit Ethernet, com conector RJ-45, em conformidade com o padrão IEEE 802.3ab (1000Base-T).

4.1.3.3. O equipamento deverá possuir no mínimo, 2 (duas) interfaces Fast Ethernet Full-Duplex (100Base-TX - padrão 802.3u) ou superior, para a conexão da LAN.

4.1.3.4. Deverá possuir o protocolo de gerenciamento SNMP (versões 2c e 3) e suportar a especificação MIB-II, implementados em conformidade com as RFCs 1157 e 1213.

4.1.4. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

4.1.4.1. Regime de Operação:

4.1.4.1.1. A Rede Internet do Escritório Regional deverá estar em operação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

4.1.4.1.2. A ANCINE poderá, a qualquer momento, solicitar a mudança dos membros da equipe técnica de acompanhamento de serviços, sendo a mudança comunicada formalmente à Contratada.

4.1.4.2. Índice de Disponibilidade do Serviço:

4.1.4.2.1. A CONTRATADA deverá garantir **índice de disponibilidade mínima do circuito de 99,4% (noventa e nove vírgula quatro por cento);**

4.1.5. Requisitos de Rede e Velocidade

4.1.5.1. A Contratada deverá disponibilizar conectividade dedicada com a internet no protocolo IPv4, bem como implementar, também, a conectividade via IPv6;

4.1.5.2. A contratada não poderá executar qualquer tipo de filtro ou proxy sobre o tráfego originado ou destinado a ANCINE por meio do link contratado;

4.1.5.3. A contratada deverá garantir largura de banda simétrica (download/upload) de 100% da velocidade contratada, em link único não sendo aceita a agregação de múltiplos links para atingir a velocidade contratada:

4.1.5.3.1. O percentual acima refere-se à capacidade de tráfego com a Internet, incluindo a infraestrutura própria e o(s) backbone(s) que a contratada subcontrate de outras empresas, caso necessário.

4.2. Instalação do ITEM 1

4.2.1. Requisitos para a Implantação de conexão IP dedicado e exclusivo para acesso à Internet pelo Escritório Regional em Brasília/DF com velocidade mínima de 100 Mbps

4.2.1.1. A Contratada deverá apresentar, em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato com o ANCINE, um “Plano de Implantação do Serviço”, que deverá contemplar os seguintes requisitos:

4.2.1.1.1. Instalação do ponto de acesso, Equipamento de Comunicação de Dados, enlaces e execução de todas as configurações necessárias para a Rede Internet ANCINE-Brasília/DF;

4.2.1.2. A fase de implantação do serviço será considerada concluída pela ANCINE somente quando, sempre dentro dos níveis de serviço estabelecidos em contrato, simultaneamente:

4.2.1.2.1. A Central de Atendimento da Contratada puder ser contatada pela gerência de rede da ANCINE através de ligação telefônica gratuita (0800).

4.2.1.2.2. A totalidade da capacidade de tráfego contratado estiver disponível.

4.2.1.2.3. Os itens descritos neste Termo de Referência pertinentes à implantação, sejam atendidos



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Nery De Sá, Analista Administrativo**, em 29/10/2018, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Borges Do Nascimento, Gerente de Tecnologia da Informação - Substituto (a)**, em 29/10/2018, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1040578** e o código CRC **2FFB9A2B**.